



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

I M P R E N S A

A Imprensa estatizada vive num equívoco: com a "vergonha" que há de se declarar abertamente que existe de facto, na Imprensa, um "Grupo Estado", prefere-se deixar as empresas que o compõem concorrer-se directamente em vez de agirem dentro de uma óptica de complementaridade e de divisão de trabalho, inevitável enquanto grupo. Dessa "vergonha", que se acentua de cada vez que a Imprensa privada se refere à Imprensa estatizada, resultam muitos problemas sentidos pelo "grupo imprensa estatizada".

De pouco servirá, como no passado, a criação de "grupos de trabalho" para descobrirem as causas dos males e apontarem os remédios que julgam adequados. Há que entregar aos directamente responsáveis a responsabilidade de agir enquanto grupo. A aceitar-se esta hipótese, julga-se necessário inovar com imaginação. Assim, entende-se que seria útil a criação do CONSELHO DE GESTÃO DA IMPRENSA ESTATIZADA, espécie de "holding", ao qual pertenceriam de direito os Presidentes do Conselho de Administração das empresas estatizadas na Imprensa e para o qual poderiam ser nomeados outras personalidades que assegurassem uma efectiva ligação da Imprensa aos objectivos de desenvolvimento do país. Esse Conselho poderia ser presidido ou pelo Ministro da Comunicação Social ou por uma personalidade de relevo na vida Nacional.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O CONSELHO DE GESTÃO DA IMPRENSA ESTATIZADA poderia, de imediato, ocupar-se das seguintes tarefas, que são também um inventário de questões de Imprensa, sobretudo estatizada:

1. Criação de uma empresa de serviços para a distribuição das publicações, tipo NMPP francesa. Que isso é possível, mostrou-o "O Diário", que é da imprensa privada;
2. Criação de uma empresa de serviços para a angariação de publicidade - até porque o Estado, por si só através das empresas públicas que controla é o maior anunciante em Portugal, gastando mais de um milhão e meio de contos por ano, uma verba que, bem distribuída, poderia resolver desde logo as questões económico-financeiras de Imprensa estatizada e ajudar a resolver os problemas da mesma área da RDP.

Para além disso, esse conceito, de "régie" de publicidade, que nenhum grupo de imprensa na Europa dispensa, iria permitir um sistema mais flexível para o próprio anunciante, que, numa única operação, se poderia servir de um ou mais jornais.

3. Criação de uma empresa de Serviços para a área editorial do "Grupo Estado" - agrupando as do D. Notícias, e do "Século", por exemplo. Ou se, fôr caso disso, deixando cada uma dessas editoras na dependência directa da empresa pública a que pertencem - mas atri-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

buindo a cada uma delas uma vocação específica, evitando-se, também aí, uma concorrência desastrosa para os interesses do "Grupo Estado". No estudo desta questão deveria, também, ser ouvida a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, ela própria empresa pública com actividade editorial. A Imprensa Nacional é uma empresa pública que poderia ser a "holding" da área editorial. Criação de uma empresa de serviços para gerir directa ou indirectamente os parques gráficos do "Grupo Estado", onde há já complementaridades de facto: caso de rotativas tipo e off-set, caso de rotativas em off-set para grandes tiragens por hora (jornais) e para médias tiragens por hora (revistas e magazines semanais).

4. Estudo da diversificação das publicações, dirigidas a faixas específicas do público, até para ganhar a "corrida" num tipo de actividade para que tende a Imprensa em todo o mundo; seria, além do mais, uma forma de tirar maior rendimento dos meios humanos e técnicos de que dispõe o "Grupo Estado".
5. Estudo das hipóteses de intervenção na Imprensa regional, por si só ou em associação com os jornais já existentes, tanto pelo papel social que cabe à Imprensa regional como para tirar maior rendimento dos meios humanos e técnicos de que dispõe o "Grupo Estado".



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsulto do Primeiro Ministro*

6. Estudo da situação económico-financeira global do "Grupo Estado", com a busca de soluções que permitam a rentabilização dos largos investimentos já feitos - o que poderia passar pela venda de imóveis em locais onde o m<sup>2</sup>. é bem caro (Avenida de Liberdade, Bairro Alto) e a reinstalação, já em moldes racionalizados, na periferia de cidade.

O que antes se deixou referido repousa no pressuposto de que se pretende manter sob o controlo do Estado a actual imprensa estatizada. Se assim é, julga-se que os seus jornais e revistas devem ser submetidas a prova de verdade: o de se venderem ou não. Mas sem que esse "julgamento" escureça o que por detrás se perfila: a necessidade de rever estruturalmente o "Grupo de Imprensa estatizada".

No que se refere à Imprensa Privada, a situação é mais aberta: tudo depende do papel que o Governo entende que ela deve desempenhar, da dimensão que decide dar-lhe. Conjugando os 2 factores, aparecem naturalmente decisões políticas, traduzidas, como é já o caso nalgumas áreas, em certas isenções fiscais e tarefas preferenciais, nomeadamente as que se situam no âmbito das telecomunicações.

Haverá ainda uma área bem mais importante do que aparenta: a da Imprensa Regional, com os seus 3 milhões de exemplares /mês, lida tem bem maior interesse do que a nacional, com grande penetração no estrangeiro junto das colónias de portugueses.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

A Imprensa Regional vive das assinaturas e dos anúncios e editais das Câmaras Municipais, dos Tribunais. Contemplada pela isenção de pagamento de franquia dos correios a nível nacional, luta por estender essa medida ao estrangeiro, onde tem muitos assinantes.

Para além do que ficou dito, o que parece importante, na Imprensa como nos outros "media", é que acabem situações que orçam o ridículo: o Estado, que é mau "patrão" tem gasto centenas e centenas de milhar de contos em avales e empréstimos reembolsáveis, ao mesmo tempo que se recusa a aumentar o capital das empresas públicas em que é "sócio" a 100%. Gastando o mesmo dinheiro, mas de outra forma, já teria, provavelmente, ajudado a resolver a situação de algumas empresas, actualmente descapitalizadas.

Fundação Cuidar o Futuro